

Faltam dias para o 90° ENIC. Participe!

SETOR DA CONSTRUÇÃO RECUPERA EMPREGOS EM JANEIRO, SEGUNDO CAGED

SAZONALIDADE E RECUPERAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO SÃO RESPONSÁVEIS PELO DESEMPENHO POSITIVO



O mercado de trabalho formal brasileiro apresentou melhora em 2018 (77.822 vagas), se comparado a 2017 (-40.864 vagas). A construção civil contribuiu para esse resultado positivo. O setor iniciou o ano com a geração de 14.987 novos postos com carteira assinada. O resultado decorre das 117.502 admissões e 102.515 desligamentos. Em janeiro do ano passado, o setor perdeu 775 empregos. "O setor recupera empregos no mês de janeiro pela sazonalidade e pelo início da recuperação do mercado imobiliário. Muito precisa ser feito ainda para podermos dar continuidade a esta retomada,

principalmente na segurança jurídica e fonte de recursos para financiamento", aponta o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins.

Embora o resultado de janeiro de 2018 seja melhor do que o de 2017, a construção civil ainda registra perdas. Nos últimos 12 meses (dezembro/2017 a janeiro/2018), o setor perdeu 90.625 vagas e de outubro de 2014, com agravamento da crise, até dezembro de 2017 foram mais de 1 milhão de postos de trabalho formais perdidos. O número



de trabalhadores com carteira assinada no setor em janeiro de 2018 foi de 2.025.204 e em janeiro de 2017 era de 2.124.503, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, divulgados nesta sexta-feira (02/03).

		EMPREGO C	AGED		
			SALDO		
SETOR	ANO	Mês de Janeiro	No Ano	Em 12 meses	
Construção	2018	14.987	14.987	-90.625	
Construção	2017	-775	-775	-363.102	
	2018	77.822	77.822	83.539	
Brasil	2017	-40.864	-40.864	-1.280.863	

MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA

De acordo com o Ministério do Trabalho, a Lei 13.467/2017, que promoveu a Modernização Trabalhista, já pode ser identificada nas estatísticas do mercado de trabalho. Em dezembro, foram realizados 9.356 desligamentos mediante acordo entre empregador e empregado, envolvendo 7.200 estabelecimentos. O estado de São Paulo apresentou a maior quantidade de registros (2.776), seguido por Paraná (1.047) e Minas Gerais (754). Foram realizadas 2.860 admissões e 399 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente. A maior quantidade de admissões foi registrada em São Paulo (849) e Minas Gerais (372). Servente de obras (162) foi uma das principais ocupações com admissões em regime de trabalho intermitente.





AUMENTA A VENDA DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS NOVOS E DE LANÇAMENTOS NO PAÍS, MAS A AUSÊNCIA DE SOLUÇÃO PARA PROBLEMAS ESTRUTURAIS PREOCUPA O SETOR DA CONSTRUÇÃO

RESULTADO DA PESQUISA CBIC DO MERCADO IMOBILIÁRIO NACIONAL REFORÇA NECESSIDADE DA REGULAMENTAÇÃO DA LIG



Celso Petrucci, presidente da CII/CBIC, e José Carlos Martins, presidente da CBIC, durante a divulgação da pesquisa CBIC do Mercado Imobiliário Nacional

Superando as expectativas, o mercado imobiliário nacional registrou em 2017 um aumento de 9,4% nas vendas de imóveis residenciais novos e de 5,2% nos lançamentos, com a redução dos estoques à venda. Para este ano, a previsão da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que na segunda-feira (26/02) divulgou pesquisa do Mercado Imobiliário Nacional, é de crescimento em torno de 10% tanto em lançamentos quanto em vendas. Os números revelam otimismo, mas também deixam o setor apreensivo com a possibilidade de uma não continuidade desse resultado.

Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, 2017 foi um ano de virada, com mudanças na economia do País, já que 2015 e 2016 foram os piores dos últimos 15 anos. No entanto, alerta que é importante ter em mente que o Brasil não atacou problemas estruturais como os da Reforma da Previdência, da burocracia, dos distratos dos cartórios e da insegurança jurídica. "Isso nos deixa apreensivos. No passado, entramos em recessão basicamente por que não tivemos coragem de enfrentar problemas estruturais desse tipo", aponta Martins. "Tem assuntos que temos que encarar para que o mercado seja cada dia melhor para o nosso comprador. Gente que precisa de imóvel não falta, mas é preciso dar condições para que possa adquirir", completa.

"Nós temos fatores econômicos e cenários que apontam que a economia deste ano já é dada



como melhor do que no ano passado. Temos expectativa de queda de taxa de desemprego, queda da taxa Selic e previsão de crescimento do PIB de 2,89%", destaca o presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, Celso Petrucci. "O país vai crescer mais, empregar mais, desempregar menos e manter a inflação estável. Isso vai ser muito bom para a indústria da construção", diz, ressaltando, no entanto, que para potencializar os recursos da Caderneta de Poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e garantir a continuidade do resultado positivo do mercado imobiliário, é essencial a regulamentação da Letra Imobiliária de Garantia (LIG), com juros baixos para o cliente, em torno de 9%.

RESULTADOS DA PESQUISA

Pela pesquisa, houve uma clara redução na oferta de imóveis não vendidos no país. O estoque de unidades residenciais verticais caiu 12,3% em relação a 2016. No acumulado do ano, as vendas superaram os lançamentos em 11.878 unidades, 12.6% do total de unidades vendidas.

Em termos de lançamento, a pesquisa indica que houve uma melhora de 73,4% das unidades lançadas em 2017, com aumento de lançamento na RM de Fortaleza, RM de Maceió, Natal, RM de Recife, São Luís, Cuiabá, Distrito Federal, RM de Vitória, São Paulo, Uberlândia, Curitiba, Porto Alegre e RM de Curitiba. "Em São Paulo houve aumento, mas na região metropolitana não. E houve queda de 26,6% das unidades lançadas em Belém, Manaus, RM de João Pessoa, RM de Goiânia, Belo Horizonte e Nova Lima, Rio de Janeiro, RM de Belo Horizonte, RM de São Paulo, Florianópolis e Joinville", menciona Petrucci.

Os lançamentos cresceram de 78 mil unidades nessas cidades para 82 mil unidades. O maior crescimento foi registrado na Região Sul, onde

BALANÇO DE 2017

INDICADORES IMOBILIÁRIOS NACIONAIS



os lançamentos cresceram 43,2% em 2017, se comparado a 2016. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, os lançamentos cresceram 6,5%. Na Região Sudeste, a cidade de São Paulo cresceu cerca de 48% em termos de lançamento, mas o resultado foi compensado por outras cidades e regiões do Sudeste que registraram queda, o que resultou em um crescimento de apenas 0,6%.

No que se refere às vendas, 67,3% das unidades vendidas foram em cidades e regiões onde houve crescimento e 32,7% onde houve queda de vendas. O crescimento das vendas foi maior. "Se nos lançamentos crescemos 5,2%, nas vendas o crescimento foi de 9,4%, acumulando uma venda de 94.221 mil unidades", destacou Petrucci.

De iniciativa da CBIC, por meio da sua Comissão da Indústria Imobiliária (CII), com a correalização do Senai Nacional, o estudo Indicadores Imobiliários Nacionais acompanha o desempenho do mercado imobiliário brasileiro, com vistas a oferecer um panorama nacional do setor em 23 localidades. Desencadeado em 2015, o estudo traz como avanço a criação de uma metodologia única para a coleta de amostras e compilação de resultados, permitindo a comparação periódica e garantindo mais consistência aos dados. Com esse estudo, a entidade apresenta um termômetro do setor, para que empresas privadas e entes públicos possam tomar melhores decisões e antever tendências. Para acessar a pesquisa, clique aqui.



BIM: OPORTUNIDADE PARA INOVAR A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS

A PROGRAMAÇÃO INCLUI PALESTRA DO PHD BILAL SUCCAR, UMA DAS AUTORIDADES MAIS RECONHECIDAS NESSE ASSUNTO NO MUNDO. TAMBÉM SERÃO APRESENTADOS E DEBATIDOS ALGUNS CASOS DE SUCESSO DE ADOÇÃO BIM JÁ REALIZADOS NO BRASIL

Divulgação



CONVIDADOS

Bilal Succar
Paulo Sanchez
Rafael Fernandes
Cel. Washington Lüke





A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Senai Nacional, dando continuidade à sua estratégia conjunta e coordenada de promover e difundir o Building Information Modeling (BIM) no Brasil, unem seus esforços com o Comitê Estratégico de Implementação do BIM (CE-BIM), do governo federal, para a realização do evento "BIM: Oportunidade para inovar a indústria da construção e aumentar a transparência das compras públicas". O encontro será em Brasília, no próximo dia 15 de março e, embora o evento seja fechado para a participação presencial de 100 convidados - entre representantes do governo, de órgãos de controle e empresas da construção civil - terá transmissão ao vivo pela página no Facebook da CBIC Brasil, a partir das 9 horas.

O evento foi planejado com mini-palestras para privilegiar as sessões de debates.

Serão abordados e debatidos três temas principais ligados à implantação desta inovação:

- Educação & Capacitação
- Implementação na indústria da construção
- Oportunidades do BIM em compras públicas

O seminário trará da Austrália um dos maiores nomes mundiais dentre os especialistas em BIM: o consultor estratégico Bilal Succar. Contará também com a presença de grandes especialistas brasileiros no assunto e líderes da indústria da construção e do governo, que foram convidados para apresentar alguns casos de aplicação do BIM no país, que são relevantes tanto no setor público quanto no privado. Ao fim dos debates, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) falará sobre a iniciativa de desenvolvimento da estratégia nacional de exigibilidade do BIM no âm-



bito do Governo Federal, que está em andamento e que conta com a participação de representantes do governo, setor privado e academia.

"Esse é um evento que pretende destacar a importância que tem a parceria entre o poder público e o setor privado na implementação do BIM em toda a cadeia da construção. A promoção desse evento faz ainda mais sentido agora, após a experiência de um ano inteiro de realização do roadshow de disseminação do BIM, que passou por 14 cidades e atingiu cerca de 2.500 pessoas", ressalta Dionyzio Klavdianos, presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC. Tanto roadshow quanto o evento são ações do projeto "Tendências e melhorias de gestão, tecnologia e inovação na construção" da CBIC que é correalizado com o Senai Nacional.

A partir das discussões do evento, será elaborado um documento relatando os principais pontos levantados. Esse conteúdo será entregue ao MDIC durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Florianópolis/SC, como uma contribuição da CBIC para a formatação e determinação da política do governo. O painel sobre "Política Nacional de Disseminação do BIM" acontecerá no dia 18 de maio e, para participar, os interessados podem realizar suas inscrições pelo site oficial do Enic.

BIM COMO POLÍTICA DE ESTADO

Os esforços da CBIC são para disseminar o conhecimento sobre a inovação e democratizá-la no setor da construção civil. A entidade também apoia o governo federal no intuito de que o setor público passe a exigir o BIM, gradualmente, na contratação de suas obras, devido aos claros benefícios que a inovação traz a todas as partes interessadas. Mas, para que os resultados sejam alcançados em longo prazo, a exigência do BIM, que nasce agora como uma iniciativa do atual governo, deve se tornar uma política de Estado. "É preciso que alguma entidade supragovernamental assuma o papel de realizar o convencimento interno para que os próximos governos entendam a

importância do BIM e deem continuidade às ações e esforços para sua disseminação", comenta Wilton Catelani, consultor da CBIC para o tema.

O Brasil tem como referência a implantação do BIM no Reino Unido - "um dos casos de sucesso mais reconhecidos no mundo", segundo Catelani - e a estratégia utilizada será a de "puxar e empurrar". O consultor explica: "Puxar é o governo usar seu poder de compra para induzir o mercado a mudar. Por sua vez, empurrar é remover as barreiras ao uso desses processos cuidando dos detalhes para que seja possível que a indústria consiga realmente adotar o BIM". Também a exemplo do Reino Unido, provavelmente serão definidos quatro níveis de maturidade BIM - de 0 a 3. "Faz sentido até para que os envolvidos consigam entender a evolução que será necessária, e identificar o estágio em que estão atualmente e o que precisarão fazer para se capacitarem e mudarem para um estágio mais maduro e caracterizado por usos BIM mais complexos", comenta.

O governo mostra-se formalmente comprometido com essa empreitada. Por decreto presidencial foi criado o Comitê Estratégico de Implementação do BIM (CE-BIM) que, por sua vez, estabeleceu cinco grupos de trabalho: Regulamentação e normalização, infraestrutura tecnológica, plataforma BIM, compras governamentais e capacitação de pessoas — estes dois últimos, foram escolhidos como temas do evento da CBIC. Catelani informa ainda que "foi decidida a criação de um sexto grupo de trabalho que responderá pela comunicação. Os grupos já estão trabalhando desde novembro de 2017 e o andamento está contido na apresentação que será realizada pelo MDIC no evento, dia 15 de março.

ESPECIALISTAS E CASOS DE SUCESSO

O primeiro painel do seminário da CBIC, com foco em "Educação & Capacitação", terá como palestrante Bilal Succar, uma das principais autoridades em processos de avaliação da capacitação e maturidade BIM, tendo realizado consultorias para empresas, pessoas, governos e países. "Ele foi pioneiro no mundo em propor uma escala de



níveis de capacitação BIM e uma metodologia para avaliar os atuais níveis de capacitação e maturidade em BIM de pessoas, organizações e até países. O próprio diagnóstico faz com que seja possível antever os próximos passos necessários para realização de casos de usos BIM mais avançados e mais complexos" destaca Catelani. Além de sua estrutura teórica, Succar tem o conhecimento prático dos resultados obtidos na implantação do BIM por nações que vivem ou viveram o mesmo atual momento do Brasil. "Succar trará experiências importantes e reconhecidas de implantação do BIM enquanto política pública em alguns países", enfatiza Klavdianos.

Completando o primeiro painel, o Exército brasileiro contará como conseguiu, de maneira notável, disseminar a cultura BIM internamente em um curto período de tempo. Para o debate, se juntará ao grupo a TI Lab, uma empresa que há 18 anos oferece cursos de capacitação em tecnologias aplicadas na indústria da construção civil, incluindo BIM, e utilizando como metodologia, além das tradicionais, também o "ensino à distância (EaD) ao vivo". Do ponto de vista da educação, para o consultor da CBIC, o ideal seria mudar a maneira como se ensina Arquitetura e Engenharia no Brasil: "Os estudantes deveriam simular na universidade a maneira colaborativa de trabalhar em projetos multidisciplinares, utilizando os processos BIM. Sabe-se, entretanto, que essa mudança nos atuais modelos de ensino será algo difícil de realizar no curto prazo. Existem amarras e barreiras reais para mudar as grades curriculares, capacitar professores e oferecer novas disciplinas nas Universidades. No cenário atual, é preciso ser pragmático quanto à capacitação BIM, assumindo que ela precisará continuar a ser feita aqui no Brasil como já tem sido realizada, ou seja, com cursos complementares e EaD".

"Implementação na indústria da construção" é o tema do segundo painel do evento. Como palestrantes estão a Itaúba Incorporações e Construções, uma pequena empresa do setor (como parte dos associados CBIC) que apresentará um caso de infraestrutura – a modelação de uma ponte com BIM; e a Sinco Engenharia, que



Bilal Succar, especialista em BIM

utiliza o BIM na fase de construção em suas obras.

Com o terceiro e último painel, "Oportunidade do BIM em compras públicas", a CBIC reuniu casos reais de implantação BIM já realizados em órgãos governamentais, para lançar luz e melhor entender as principais dificuldades enfrentadas e lições já aprendidas durante as mudanças organizacionais que são inexoráveis para a adoção do BIM. Serão apresentadas ainda diferentes estratégias para exemplificar que há opções de caminhos para a implantação do BIM, cada uma com suas correspondentes vantagens e desvantagens. Os casos ligados ao governo que comporão esse painel serão: o Metrô SP, como uma das organizações públicas mais avançadas e formalizadas em relação ao BIM; e o Governo de Santa Catarina, como o estado brasileiro que foi o pioneiro na adoção e exigência do BIM e também o que mais significativamente já avançou nessa questão. Para o debate, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) falará de sua experiência de aculturação do BIM, enquanto a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) comentará como desenvolveu e disponibilizou suas bibliotecas de objetos BIM.



AVANÇAM AS AÇÕES DOS CONSELHOS DAS CIDADES QUE INTEGRAM "O FUTURO DA MINHA CIDADE"

WORKSHOP AVALIARÁ EM JUNHO OS RESULTADOS E AS FUTURAS AÇÕES DO PROJETO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

Divulgação

Como você quer que seja a sua cidade daqui a 20 anos?





"O Futuro da Minha Cidade" trata-se de uma iniciativa que tem como principal objetivo mobilizar a sociedade para ser protagonista na gestão das cidades, desenvolvendo soluções para a sustentabilidade. Esta ação propõe um modelo de trabalho para a implantação de programas de planejamento e desenvolvimento sustentável envolvendo as principais lideranças do município. O projeto tem algumas características principais: a participação voluntária de grande parte das pessoas que compõem a hierarquia do conselho de desenvolvimento da cidade e a visão de planejar o futuro. Desta forma, a natureza está em planejar e tecer alianças para executar, o que impede que o conselho tenha qualquer conflito com o trabalho do poder público. Estas duas frentes, aliás, são complementares na gestão da cidade. O apar-

tidarismo, que trata da ausência de ligação com partidos políticos, é fundamental para garantir a legitimidade do conselho e preservar os interesses, desejos e demandas da sociedade, além do foco no desenvolvimento econômico, que define todos os projetos executados pelo conselho.

No próximo dia 7 de junho de 2018, na cidade de Uberlândia-MG, está prevista a realização do segundo workshop sobre Resultados e Ações Futuras do Projeto "O Futuro da Minha Cidade", iniciativa realizada em correalização com o Sesi Nacional e patrocínio nacional da Caixa. O grande objetivo desse encontro é dar continuidade à troca de experiências com cidades integrantes do Projeto, lições aprendidas e resultados obtidos, buscando construir conclusões para atualizar o



Manual do Projeto, apresentando e disseminando junto aos diversos atores envolvidos, bem como desenvolver um novo planejamento conjunto para a iniciativa, conforme diretrizes utilizadas no primeiro Workshop, realizado no dia 31 de outubro de 2017, em Goiãnia. Nesta oportunidade, teremos a participação do Coden de Uberlândia, que apresentará as ações desenvolvidas desde a integração ao projeto e respectiva evolução e os palestrantes do evento, Silvio Barros e Marcella Arruda. Teremos novamente um espaço dedicado ao andamento do Projeto para as cidades integrantes e, finalmente, debates e consolidação dos resultados, desafios e apoio no plano de trabalho para as localidades.

A sede do próximo encontro foi selecionada por conta dos trabalhos desenvolvidos do Coden Uberlândia, que tem como objetivo planejar a cidade no longo prazo, iniciando agora ações concretas para que ela continue a crescer, desenvolver e oferecer condições de vida digna aos cidadãos do futuro. Trata-se de uma iniciativa da sociedade civil, que trabalhará em conjunto com o setor público, mas que vai além da transitoriedade dos mandatos políticos e de seus mandatários. A iniciativa local foi dos empresários Luiz Alberto Garcia, do Grupo Algar e de Panayotes Emmanuel Tsatsakis, do Sinduscon-TAP. O primeiro convite foi para reunir pessoas interessadas em participar das discussões. Em um segundo encontro, começaram a ser discutidas propostas práticas, que serão aprofundadas e terão suporte do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia 2100 (Coden Uberlândia 2100). Um dos projetos apresentados foi a proposta da ligação das avenidas Getúlio Vargas e Monsenhor Eduardo. E outro foi a revitalização da área central de Uberlândia.

AÇÕES DOS CONSELHOS

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico de Goiânia visa criar soluções dinâmicas para o Desenvolvimento Econômico da capital, para que em 2033, ano de seu centenário, Goiânia esteja entre as 10 melhores cidades para se viver, segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em outubro de 2017, a Prefeitura de Goiânia e o Codese assinaram projeto de conclusão da Avenida Leste Oeste, a doação do projeto é no valor de R\$ 1,4 milhão e engloba revitalização da Praça do Trabalhador e conclusão da parte Leste da via.

Em Cascavel, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Cascavel - Cascavel 2030, foi instituído por diversas entidades e entregue no ano de 2012. É composto por mais de 65 entidades representativas de Cascavel que, de forma voluntária, contribuem com desenvolvimento do munícipio. O Conselho tem como missão estimular à transformação de ambientes urbanos em espaços propícios à inovação, à criatividade e à criação de empresas e negócios sustentáveis, que tragam novas perspectivas ao desenvolvimento e, por conseguinte, tragam progresso à sociedade. Neste período de funcionamento, o Conselho já aponta os horizontes para mudanças atuais e o planejamento de um novo futuro ainda mais promissor. A participação da sociedade civil organizada é a alma do Conselho que, com o caráter deliberativo e consultivo, formula e promove políticas de desenvolvimento econômico e social.

Entre 2014 e 2017, o projeto já conta com as seguintes cidades: Aparecida de Goiânia-GO; Belém-PA; Brasília-DF; Campo Grande-MS; Cascavel-PR; Caxias do Sul-RS; Chapecó-SC; Goiânia-GO; Itapema-SC; João Pessoa-PB; Joinville-SC; Manaus-AM; Natal-RN; Porto Velho-RO; Santa Cruz do Sul-RS; Santa Maria-RS; São Gonçalo do Amarante-CE; São Luís-MA; Teresina-PI; Uberlândia-MG; Vitória-ES e Volta Redonda-RJ. No próximo ciclo desta ação, está confirmada a realização do evento de sensibilização de Bento Gonçalves-RS, no próximo dia 26 de abril de 2018, formalizando a adesão da cidade gaúcha.



CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC) PREPARA ANÁLISE SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RISCOS EM CONTRATOS PÚBLICOS

ESTUDO PROPÕE ALTERNATIVAS PARA MELHOR ALOCAÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, DE DEMANDA, DE DESAPROPRIAÇÃO E DE PROJETO



Considerado um dos temas mais relevantes na estruturação de projetos de concessões e de PPPs (parcerias público-privadas) e no desenho de contratos de obras, a alocação de riscos contratuais é um ponto chave para a estabilidade e a eficiência durante o ciclo de vida dos contratos. Para a elaboração de uma análise sobre as boas práticas para a alocação de riscos no setor rodoviário, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) contou com a consultoria do VG&P Advogados, que conduziu a preparação do material. O estudo é assinado por Fernando Vernalha, Angelica Petian, Reginal Rillo e Larissa Quadros do Rosário e propõe alternativas para a melhor alocação do risco de demanda, do risco de desapropriação, do risco de projeto e dos riscos ambientais. Em entrevista exclusiva ao CBIC Mais sobre o tema. Fernando Vernalha aborda os principais aspectos desta análise. Confira:

CBIC Mais - Qual a importância das matrizes de riscos nos contratos administrativos e de longo prazo?

Fernando Vernalha: A alocação de riscos é um dos pontos de calibragem da eficiência dos contratos em geral. Por isso, é uma questão fundamental a ser levada em consideração pelo designer dos contratos administrativos, especialmente nas concessões e PPPs. Em primeiro lugar, as matrizes de riscos devem ter um nível de detalhamento, tanto quanto possível, avançado. Em segundo lugar, cada risco deve ser alocado àquela parte que consegue gerenciá-lo a custos mais baixo do que a outra. Ou seja: o risco deve ficar com a parte que consegue se prevenir de sua ocorrência ou mitigar os prejuízos que podem derivar de sua materialização. Contratos com matrizes de riscos genéricas ou mal elaboradas acabam tendo efeitos negativos não apenas no âmbito da licitação, mas nos custos incorridos para a execução do contrato.

CBIC Mais - Quais as consequências para a licitação de matrizes de riscos muito genéricas?

Fernando Vernalha: Matrizes genéricas geram contratos incompletos, o que provoca distorções no âmbito da licitação. A ausência de detalhamento sobre os riscos no contrato acaba encorajando licitantes que têm maior habilidade em renegociar contratos a oferecer propostas mais econômicas. A indeterminação dos contratos encoraja esses licitantes a oferecer preços mais baixos, apostando



na sua capacidade de renegociá-los futuramente. Isso faz com que o licitante vencedor da licitação seja aquele com maiores habilidades para renegociar o contrato e não necessariamente aquele com a capacidade de desempenhar o serviço de modo mais eficiente. É uma distorção no ambiente competitivo. Além disso, e por outro lado, matrizes genéricas podem gerar o incremento dos custos de transação, encarecendo as propostas na licitação. Na dúvida sobre a alocação de certo risco, os ofertantes tendem a incorporar em suas propostas os custos para a sua gestão. Ou seja: a insegurança em relação à alocação de riscos acaba sendo precificada nas ofertas apresentadas na licitação. Afora tudo isso, o que se percebe é que matrizes de riscos muito genéricas e omissas abrem espaço para disputas durante a execução do contrato, o que acaba encorajando demandas judiciais. Neste cenário, quem acaba distribuindo riscos é o juiz ou o controlador de plantão, que não é o sujeito qualificado para isso.

CBIC Mais - Como assim?

Fernando Vernalha: Matrizes de riscos genéricas geram, durante a execução do contrato, disputas judiciais ou de outra natureza em torno da responsabilização sobre o risco. Neste caso, a lacuna sobre a alocação do risco tenderá a ser preenchida por decisão do juiz ou de um controlador. Mas o juiz ou o controlador não é a pessoa mais capacitada para essa alocação, pois acaba por distribuir os riscos segundo critérios jurídicos e não econômicos. E a distribuição de riscos deve sempre estar orientada pela capacidade da parte de gerenciar o risco a custos mais baixos do que a outra, para trazer maior eficiência ao contrato e reduzir o somatório dos custos relacionados à sua execução. O juiz não está orientado a alocar riscos sob essa premissa. Mais ainda, o ponto de observação do juiz não lhe permite conhecer todas as informações técnicas relevantes para habilitá-lo à melhor distribuição dos riscos. Por isso, a distribuição de riscos deve ser realizada ao tempo da elaboração do contrato, pelo seu *designer*, e não pelo juiz, no âmbito de ações judiciais que se originam das dúvidas sobre essa alocação.

CBIC Mais - Como tem sido a experiência brasileira com a distribuição de riscos em contratos de concessão e de PPP?

Fernando Vernalha: Os ciclos de concessões que tivemos na década de 90 não prestigiaram uma alocação detalhada e avançada de riscos. Mais recentemente, começamos a ter contratos com matrizes mais bem elaboradas, mas ainda precisamos evoluir bastante nisso. Há uma curva de aprendizado que deriva da observância do comportamento das matrizes de riscos nos casos concretos, o que pressupõe um acúmulo de experiências relacionadas a concessões e PPPs. Neste aspecto, temos de olhar para as experiências internacionais, que já contam com ciclos mais maduros.

CBIC Mais – A crise por que passam atualmente as concessões de rodovia e aeroportos tem relação com deficiências na alocação dos riscos nestes contratos?

Fernando Vernalha: Em parte, sim. Boa parte desses contratos foi gerada num contexto de grande otimismo em relação à economia do país, o que influenciou os estudos de demanda da época. No entanto, a crise macroeconômica de 2014 trouxe uma nova realidade para as concessões, provocando queda expressiva nos níveis de demanda de serviços. Como os contratos acabaram por alocar o risco de demanda aos concessionários, as concessões, fortemente impactadas, entraram em crise. Sem entrar na discussão sobre a qualificação desta crise como um caso fortuito ou de força maior, o que poderia



autorizar o reequilíbrio desses contratos, o fato é que se esses contratos tivessem um compartilhamento do risco de demanda entre concessionário e poder concedente, essas variações agudas na demanda seriam automaticamente equilibradas pelo contrato. O estudo produzido pelo VGP Advogados propõe que os contratos concessionários prestigiem o compartilhamento de riscos positivos e negativos da demanda, pois desta forma não apenas a concessão estaria protegida de quedas significativas na demanda, como superávits mais expressivos poderiam ser compartilhados com os usuários e com a própria Administração. Se aqueles contratos de concessão rodoviária e aeroportuária tivessem feito essa opção quanto à alocação do risco de demanda, certamente não estariam na crise em que estão.

CBIC Mais - Você acha importante que a próxima lei de licitações, atualmente em debate no Congresso Nacional, já traga uma previsão expressa quanto à obrigatoriedade do uso da matriz de riscos em contratos administrativos?

Fernando Vernalha: Considero extremamente importante que a próxima legislação de contratação pública seja incisiva quanto à obrigatoriedade da adoção de matrizes de riscos detalhadas e bem elaboradas nos contratos. Como disse, contratos com matrizes de riscos muito genéricas têm não apenas gerado distorções nas licitações, como têm originado disputas e litígios durante o ciclo de vida dos contratos. Há um custo não desprezível com disputas que poderia ser evitado a partir de uma alocação de riscos mais precisa e detalhada. E essa exigência deve ser extensível a todos os contratos administrativos. e não apenas a contratos de longo prazo. Por isso, nesse processo de atualização da legislação sobre licitação e contratos, não podemos perder a oportunidade de garantir que os contratos de obras e serviços contem com matrizes de riscos suficientemente detalhadas e bem elaboradas.

Esse projeto é uma iniciativa da CBIC em parceria com o Senai Nacional.





CBIC DADOS

RESULTADOS DO PIB BRASIL NO 4º TRIMESTRE DE 2017

	Agropecúaria Indústria	0,0	6,1	13,0	13,0
		0,5	2,7	0,0	0,0
	Construção Civil	0,0	-1,6	-5,0	-5,0
RIPRO	Serviços	0,2	1,7	0,3	0,3
	Valor adicionado a preços básicos	0,1	1,9	0,9	0,9
*	PIB a preços de mercado	0,1	2,1	1,0	1,0
	Despesas de consumo das famílias	0,1	2,6	1,0	1,0
	Despesas de consumo da administração pública	0,2	-0,4	-0,6	-0,6
N. C.	Formação bruta de capital fixo	2,0	3,8	-1,8	-1,8

AGENDA



07 de março

OFICINAS CBIC DE PENSAMENTO DE FUTURO -HABITAÇÃO DAQUI A 10 ANOS Horário: 13h às 19h Local: São Paulo



07 e 08 de março

1ª OFICINA DE SINAIS DE **FUTURO E CENÁRIOS** Horário: 07 (quarta) 8h - 08 (quinta) 18h Local: São Paulo





08 de março

SEMINÁRIO TÉCNICO REVISÃO DO SINAPI Horário: 15h às 18h Local: Auditório Sebrae - Aracaju-SE



08 de março

CANPAT CONSTRUÇÃO 2017/2018 -SEMINÁRIO REGIONAL EDIFICAR O TRABALHO Horário: 8h30 às 16h Local: Vitória - ES



14 de março

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CBIC Horário: 10h30 às 16h30 Local: Sede da CBIC - Brasília-DF



15 de março

"BIM: OPORTUNIDADE PARA INOVAR A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS". Local: Brasília-DF

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Bruno Dantas - redacao@cbic.org.br Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br Projeto Gráfico: Radiola Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula Telefone: (61) 3327-1013